

**SEMINÁRIO INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: PARCERIAS, INICIATIVAS E
PERSPECTIVAS**

**Mesa 2: DIÁLOGO ENTRE PARLAMENTO
E IES**

Francilene Garcia
Presidente do CONSECTI
Secretária de CT&I do Estado da Paraíba



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

viva
o trabalho.

Para **educar**, **empreender** e **inovar**,
em especial no século XXI, é preciso
saber **produzir** e **consumir**
conhecimento

Tivemos **20 anos** *valiosos* para os
avanços da **Ciência Brasileira** –
precisamos *seguir avançando* ...

Ampliar a nossa capacidade para gerar
resultados de impacto com inovações gerando
riqueza é uma aspiração – *mas ainda requer*
esforços e incentivos mais sistêmicos ...

Educação, Ciência, Tecnologia & Inovação (ECT&I) **capacitam e orientam o ritmo** de desenvolvimento de uma nação

- A agenda ECT&I **mobiliza todos os setores da sociedade**, envolve os Governos (Federal, Estadual e Municipal) e conduz a rotas de **desenvolvimento sustentável**, uma vez que:
 - Estimula a sinergia na defesa de **interesses nacionais** – viabilizando alternativas para lidar com as crises
 - Facilita a compreensão das **assimetrias regionais** – sem perder de vista as dimensões estruturais e sistêmicas
 - Aponta para **pontos de convergência** – facilitando a pactuação de prioridades para investimentos melhor articulados

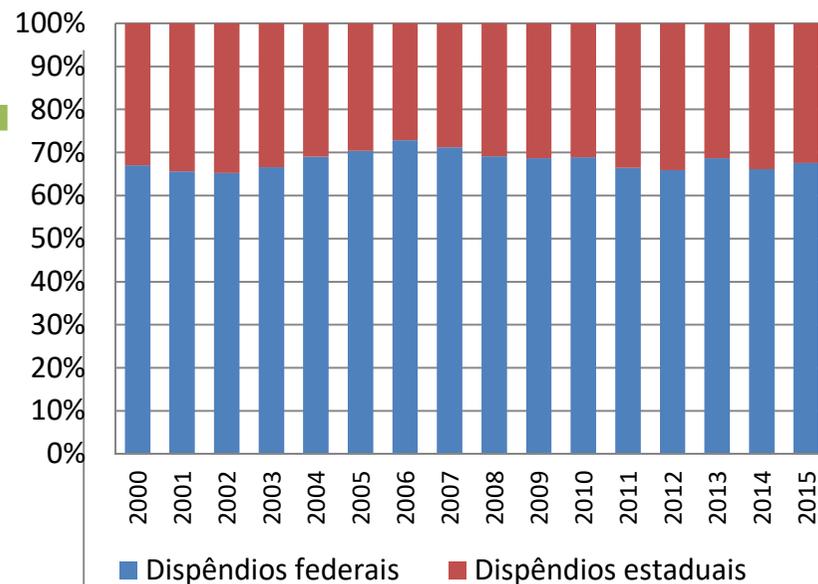
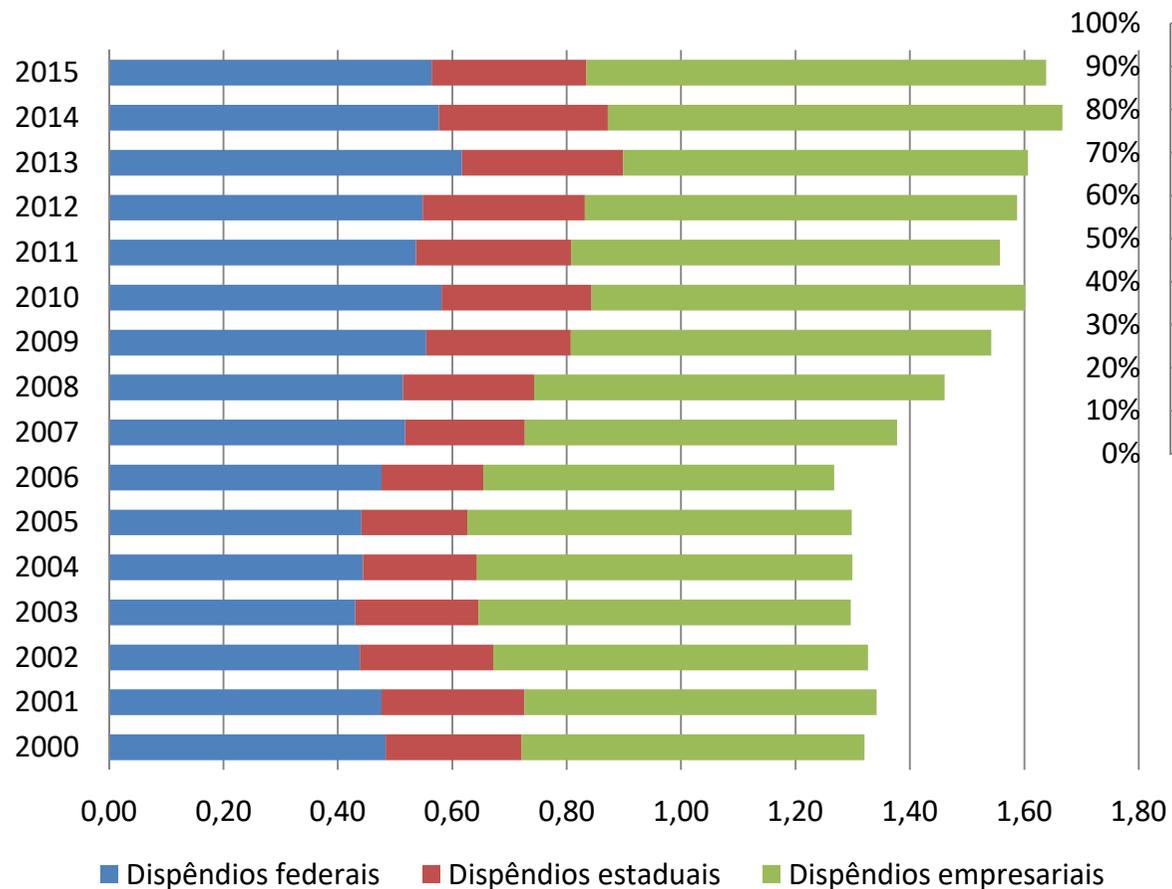
Política de Estado para CT&I requer Estratégia + Recursos + Regulação

- 1985 → 1ª CNCT: Bolsas, Áreas Estratégicas e RH
- 2001 → 2ª CNCTI: Inovação, Fundos Setoriais, CGEE, Livro Branco
- 2005 → 3ª CNCTI: Inclusão Social, Área de Interesse Nacional, Instrumentos, Gestão e Regulação, Presença Internacional
- 2007 → PACTI 2007-2010: **SNCTI**, Inovação nas Empresas, PD&I em Áreas Estratégicas, CT&I para Desenvolvimento Social (21 linhas de ação e 87 programas e iniciativas)

Política de Estado para CT&I requer Estratégia + Recursos + Regulação

- 2010 → 4ª CNCTI: Política de Estado de CT&I para o Desenvolvimento Sustentável – em alinhamento com os quatro eixos do PACTI 2007-2010
- 2012 → Estratégia Nacional de CT&I 2012-2015 - ENCTI e Balanço das Atividades Estruturantes 2011: aprofunda o PACTI 2007-2010 e ressalta a articulação entre as políticas de CT&I e a política industrial
- 2016 → ENCTI 2016-2019: ...entra em vigor num **novo ambiente legal**, em meio à crise e ao contingenciamento de recursos para CT&I
- 2018 → novo marco legal é regulamentado.

Dispêndios em ciência e tecnologia em relação ao PIB (%)



1/3 do investimento público em C&T no Brasil é feito pelos governos estaduais

Fonte: MCTIC

O processo de construção do marco de CT&I: um esforço colegiado e transformador

- (ampla) Participação da sociedade – diálogo estimulado com diferentes atores do SNCTI
- (pressupõe) Gestão compartilhada – definição e negociação de metas
 - Articulação com a política industrial
- (beneficia) Compreensão crescente das assimetrias regionais – nas dimensões estrutural e sistêmica
- (incentiva) Definição de foco para investimentos – modernização, ampliação da capacidade de PD&I
- (requer) Melhoria da capacidade de avaliação...

Três décadas em busca de um ambiente menos burocrático, menos vulnerável aos obstáculos legais, e mais apto as flexibilidades que impulsionam **operações eficientes** nas instituições e em **resposta aos inúmeros desafios do país.**

É preciso que os diferentes atores do SNCTI se apropriem do novo Marco com foco na solução de problemas críticos da Federação, dos Estados e das cidades, pela via da **aplicação de conhecimentos e tecnologias**, nos setores de saúde, educação, segurança alimentar, segurança hídrica, segurança pública, inclusão produtiva, mobilidade urbana, dentre outros.

Participação das IES no Desenvolvimento Regional Sustentável

CDR Paraíba



Considerações finais (1)

- O desenvolvimento da CT&I mobiliza todos os setores da sociedade brasileira e envolve os Governos Federal, Estadual e Municipal
 - Precisamos perseguir a meta de investir 2% do PIB em PD&I
 - Menos interrupções nos investimentos irá facilitar a medição de impactos
 - **Ampliar o fomento aos CDRs** deverá incentivar maior integração entre os atores do SNCTI – inclusive em áreas estratégicas para o país

Considerações finais (2)

- A estruturação de ambientes pró inovação viabiliza instituições e empresas mais competitivas e produtivas
 - A maior articulação entre as demandas empresariais e a oferta de infraestruturas de P&D qualifica os ambientes e auxilia na priorização de investimentos
 - Devemos posicionar o novo marco de CT&I em prol da maior competitividade dos negócios e das instituições

Considerações finais (3)

- A compreensão das assimetrias regionais fortalece os Sistemas Regionais de CT&I em suas vocações e potencialidades
 - Os investimentos em CT&I podem impulsionar a **integração entre territórios em agendas estratégicas**
 - Os Estados e Municípios possuem maior conhecimento sobre suas realidades – a descentralização de instrumentos deve ser melhor pactuada entre agências de fomento federais e estaduais
 - Devemos reforçar a criação de **programas estruturantes e instrumentos que incentivem maior cooperação entre territórios – CDRs poderão ajudar!**

Considerações finais (4)

- O acesso a uma educação qualificada fortalece e potencializa os impactos resultantes de avanços científicos e tecnológicos
 - A definição de estratégias deve ser resultante de uma negociação da União com Estados e Municípios
 - Devemos assegurar a presença de iniciativas que priorizem a **inserção produtiva e social de uma camada da população em situação social vulnerável**

Considerações finais (5)

- O monitoramento dos avanços é fundamental para que as políticas públicas possam evoluir em sinergia com os desafios e as capacidades estabelecidas
 - É necessário **aumentar a eficiência e a integração entre as políticas, os instrumentos e as agências**
 - Devemos assegurar o acompanhamento e a avaliação continuada de resultados e impactos oriundos das iniciativas de CT&I no Brasil.

Grata!

garcia@serhmact.pb.gov.br